

Maria Luisa da Silva Gaspar Seno, Assistente Técnico — Entre a 5.ª e a 6.ª Posição Remuneratória;

Lúcia Lopes Barata Garcia, Assistente Operacional — 1.ª Posição Remuneratória.

Lisboa, 16 de Dezembro de 2009. — A Subdirectora-Geral, (*Márcia Vala*)

202703078

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCOBAÇA

Anúncio n.º 9897/2009

Processo: 2456/09.7TBACB — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Jacinto Manuel Nunes Montez e outro(s)...

No Tribunal Judicial de Alcobaca, 1.º Juízo de Alcobaca, no dia 10-12-2009, 13,32 foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Jacinto Manuel Nunez Montez, estado civil: Casado, NIF: 135724821 Endereço: Rua da Sancha, N.º 60, Lameira, 2460-614 Prazeres de Aljubarrota e Anabela da Silva Tabor da Batista Montez, estado civil: Casado, NIF: 133270947, Endereço: Rua da Sancha, N.º 60, Lameira, 2460-614 Prazeres de Aljubarrota, com domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr. José A. Cecílio, Endereço: Rua capitão Mouzinho de Albuquerque — 123- 1.º Drº — 2400 Leiria. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE) Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável. É designado o dia 10-02-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

N/Referência: 2608750

Data: 14-12-2009. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Carla Ginja*. — O Oficial de Justiça, *Maria Fernanda Duarte*.

302702705

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCOBAÇA

Anúncio n.º 9898/2009

Insolvência n.º 478-09.7TBACB — 3.º Juízo

Insolvente: Rosagui Moldes, L.ª, NIF: 501252401, Endereço: Rua 1 de Maio, 3, Moita, 2445-582 Moita.

Administrador de Insolvência: Carlos Alberto Vecino Vieira, Endereço: Rua da Cidade Rheine, Urb. Vale da Cabrita, Lote 7, Loja B, 2410-270 Leiria

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Insuficiência de bens da massa insolvente e por não ter sido requerido o complemento da sentença por nenhum credor interessado — artigo 39.º n.º 7 al. b) do CIRE.

Alcobaca, 16-12-2009. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Cristina Albuquerque Fernandes*. — O Oficial de Justiça, *Graça Maria Saraiva*.

302701669

TRIBUNAL DA COMARCA DO BAIXO VOUGA

Juízo de Comércio de Aveiro

Anúncio n.º 9899/2009

Processo: 1248/09.8T2AVR — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

N/Referência: 6167809 — Data: 02-12-2009

Insolvente: Maria Nazaré de Azeredo Alvim da Silva Peixe

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são: Insolvente: Maria Nazaré de Azeredo Alvim da Silva Peixe, estado civil: Desconhecido (regime: Desconhecido), NIF — 141665610, Endereço: Rua do Comercio, R/c, N.º 1292, Paraíso, Sangalhos, 3780-124 Sangalhos. Administrador da Insolvência: Dr(a). Adelino Ferreira Novo, Endereço: Praceta Manuel Ribeiro, N.º 15, 3780-217 Anadia. Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: Dr(a). Adelino Ferreira Novo, Endereço: Praceta Manuel Ribeiro, N.º 15, 3780-217 Anadia. Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a: Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado; Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto; Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão; Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego; Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

02-12-2009. — A Juíza de Direito, *Dr(a). Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Conceição Sá*.

302649221

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

Anúncio n.º 9900/2009

Processo: 4171/09.2TBCL Insolvência pessoa colectiva (Apresentação) N/Referência: 5379305

Insolvente: Huguitos Confeccões, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Barcelos, 1.º Juízo Cível de Barcelos, no dia 15-12-2009, às 17:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Huguitos Confeccões, L.ª, NIF 503748196, Endereço: Lugar de Paranho, Remelhe, 4755-446 Remelhe, com sede na morada indicada. São administradores do devedor:

Nuno Miguel da Silva Monteiro, Endereço: Lugar de Paranho, Remelhe, 4750-000 Barcelos

Vítor Hugo da Silva Monteiro, Endereço: Lugar de Paranhos, Freguesia de Remelhe, 4750 Barcelos a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Miguel Ribas, Endereço: Rua de Aveiro, 87, 4900-495 Viana do Castelo

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º do CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 25 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 23-02-2010, pelas 09:45 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea *c* do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação

Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 16-12-2009. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Paula da Gama Araújo*. — A Oficial de Justiça, *Celeste Lacerda*.

302697944

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BEJA

Anúncio n.º 9901/2009

Processo n.º 710/07.1TBBA — Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

Insolvente: Luís Salvador e Filhos Comércio e Ind. Prod. Alimentares, L.ª

Presidente Com. Credores: Caixa de Crédito Agrícola Mutuo — De Beja e Mé e outro(s).

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Luís Salvador e Filhos Comércio e Ind. Prod. Alimentares, L.ª, NIF — 502465859, endereço: Abel Santos Prado, endereço: Largo Vasco da Gama, 19, 2070-048 Cartaxo.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 06-01-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores, com vista ao encerramento dos autos, nos termos do artigo 232.º, n.º 2, do CIRE.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Data: 09-12-2009. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Reis Baptista*. — O Oficial de Justiça, *Custódia Conceição Horta Rosa*.

302680544

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 9902/2009

Publicidade da Prestação de contas administrador (CIRE) n.º 8384/08.6TBRRG-G — Referencia 7507339

O Dr. Dr(a). João Miguel Vieira de Sousa, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente(o) Facafe-Móveis e Decorações, L.ª, Endereço: Lg. S. Francisco, N.º 32, Em, 4700-000 Braga, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Braga, 09/12/2009. — O Juiz de Direito, *Dr(a). João Miguel Vieira de Sousa*. — O Oficial de Justiça, *Deolinda Sá*.

302668273

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 9903/2009

Processo n.º 1763/09.3TBRRG — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Requerente: Carla Sofia Ribeiro Queirós

Insolvente: A. J. Lopes — Confecções, L.ª

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: A. J. Lopes — Confecções, L.ª, NIF — 503915505, Endereço: Rua Quinta da Armada, N.º 114, R/ch Dt.º, S. Vítor, 4710-340 Braga
Administradora da Insolvência: Dr(a). Dalila Lopes, Endereço: Rua Camilo Castelo Branco, 21-1.º Dto, 4760-127 Vila Nova de Famalicão
Ficam notificados todos os interessados de que o processo, supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Proposta da Sr.ª Administradora da Insolvência em virtude da insuficiência da massa insolvente (artigo 230.º, n.º 1, alínea *d*) e 232.º, n.º 1, ambos do CIRE).

Efeitos do encerramento:

O Incidente de qualificação da Insolvência prosseguirá os seus termos como incidente limitado (artigo 232.º, n.º 5, do CIRE).

Cessam todos os efeitos que resultam da declaração de insolvência, recuperando designadamente a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios, sem prejuízo dos efeitos da qualificação da insolvência como culposa (al. *a*), do n.º 1, do artigo 233.º, do CIRE).

Cessam as atribuições da comissão de credores e do administrador da insolvência, com excepção, quanto ao administrador de insolvência, das